



# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM Nº 154, DE 2005

(Nº 337/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha.

Os méritos do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 6 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 176 DP/DSE/SGEX/APEPA/G – MRE/APES

Brasília, 2 de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos artigos 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

## **INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE**

### **MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA**

CPF.: 7505531468

ID.: 1826 MRE/DF

- 1945 Filho de João Luiz de Seixas Corrêa e Maria Celina Leão Teixeira de Seixas Corrêa, nasce em 16 de julho, no Rio de Janeiro/RJ.
- 1967 CPCD-IRBr
- 1967 Terceiro Secretário em 04 de março.
- 1967 Divisão da América Meridional-I, assistente.
- 1967 Bacharel em Direito pela Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro, em 11 de dezembro
- 1969 CAD - IRBr
- 1969 Segundo Secretário, por merecimento, em 30 de junho.
- 1969 Divisão da Amazônia, assistente.
- 1970 Embaixada em Bonn, Segundo Secretário.
- 1971 Missão do Brasil junto à ONU, Segundo Secretário.
- 1974 Embaixada em Buenos Aires, Segundo e Primeiro Secretário.
- 1975 Primeiro Secretário, por merecimento, em 18 de maio.
- 1977 Departamento de Organismos Internacionais, assessor
- 1978 Departamento da Ásia, África e Oceania, assessor.
- 1979 Conselheiro, por merecimento, em 02 de março.
- 1979 Embaixada em Washington, Conselheiro.
- 1982 CAE - IRBr - Os discursos do Brasil nas Nações Unidas.
- 1983 Presidência da República, Gabinete Civil, assessor do Ministro-Chefe do Gabinete Civil
- 1983 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 22 de junho.
- 1985 Delegação junto à UNESCO, Ministro-Conselheiro.
- 1987 Presidência da República, assessor internacional do Presidente da República.
- 1987 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 16 de dezembro.
- 1989 Embaixada no México, Embaixador.
- 1992 Secretaria-Geral de Política Exterior, Secretário-Geral Adjunto
- 1992 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Secretário-Geral
- 1993 Embaixada em Madri, Embaixador.
- 1997 Embaixada em Buenos Aires, Embaixador.
- 1999 Secretário-Geral das Relações Exteriores.
- 2002 Missão Permanente do Brasil junto à ONU e à OMC em Genebra, Embaixador, Representante Permanente

  
**CLAUDIA D'ANGELO**

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
**INFORMAÇÃO SOBRE A REPÚBLICA FE-**  
**DERAL DA ALEMANHA**

Maio de 2005

**Informações gerais sobre a Alemanha**

**DADOS BÁSICOS**

**Nome oficial:** República Federal da Alemanha (*Bundesrepublik Deutschland*)

**Capital:** Berlim

**Área:** 357 mil km<sup>2</sup> (equivalente à área do Estado do Mato Grosso do Sul)

**População:** 82,537 milhões (cerca de 7 milhões de estrangeiros) (dados de 2002)

**Língua:** alemão (o turco é falado por aproximadamente 2 milhões de habitantes)

**Moeda:** euro (€), desde janeiro de 2002 (o marco alemão, DM, foi a unidade monetária da República Federal da Alemanha de 1949 a 2001)

**DADOS GEOGRÁFICOS, DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS**

**Clima:** temperado

**Fronteiras:** Áustria (784 km), Bélgica (167 km), Dinamarca (68 km), França (451 km), Luxemburgo (138 km), Países Baixos (577 km), República Tcheca (646 km), Polônia (456 km) e Suíça (334 km) (desde maio de 2004, a fronteira suíça é a única com um país de fora da União Européia)

**Litoral:** 2.390 km (Mar do Norte e Mar Báltico)

**Recursos naturais:** carvão, potássio, minério de ferro, urânio, cobre, níquel e gás natural

**Principais cidades:** Berlim (3,4 milhões); Hamburgo (1,7 milhão); Munique (1,2 milhão); Colônia (1 milhão); Frankfurt (700 mil); Essen (600 mil); Stuttgart (600 mil); Dortmund (600 mil) (dados de 2002)

**Taxa de urbanização:** 93% (61% da população vive em cidades de 2 mil a 100 mil habitantes) (2002)

**Densidade demográfica:** 231 habitantes por km<sup>2</sup> (2002)

**Estrutura etária:** 0-14 anos, 15%; 15-44 anos, 41%; 45-64 anos, 26%; mais de 65 anos, 18% (dados de 2002)

**Crescimento populacional:** 0% (est.2004)

**Índice de Desenvolvimento Humano:** 0,921 (18º lugar)

**Analfabetismo:** insignificante

**Religião:** católicos (33%), protestantes (33%), muçulmanos (4%), outros (4%), sem religião (26%)

**Força de trabalho:** 40 milhões (dados de 2002)

**Taxa de desemprego:** 8,9% (2002); 9,5% (2003) (a taxa de desemprego no Leste alemão é mais do que o dobro da taxa no Ocidente)

**DADOS ECONÔMICOS**

**PIB:** 2,661 trilhões de dólares (2003) (O PIB alemão em dólares registrou grande aumento em função da valorização do euro; a RFA é a terceira economia do mundo, depois de EUA e Japão)

**PIB per capita:** 32,2 mil dólares (2003)

**Composição do PIB:** agricultura 1,1% (batata, beterraba, cevada, trigo, leite, carnes bovina e suína); indústria 24,5% (automobilística, alimentícia, química, eletrônica, máquinas e equipamentos, energia); serviços 74,4% (telecomunicações, turismo, bancos, seguros) (dados de 2003)

**Crescimento do PIB:** 0,2% (2002) ; -0,1% (2003); 1,8% (est.2004)

**Inflação:** 1,3% (2002) ; 1% (2003)

**Fluxo total do comércio exterior:** 1,17 trilhão de euros (2002)

**Exportações:** 651 bilhões de euros (2002)

**Principais destinos:** França 11%; EUA 10%; Reino Unido 8%; Países Baixos 6%; Áustria 5%; Bélgica 5%; Espanha 4%; Suíça 4% **(Brasil 0,7%)** (2002)

**Principais produtos:** máquinas e equipamentos, automóveis, produtos químicos, eletro-eletrônicos

**Importações:** 518 bilhões de dólares (2002)

**Principais origens:** França 9%; Países Baixos 8%; EUA 8%; Reino Unido 7%; Itália 6%; Bélgica 5%; Japão 4%; Áustria 4% **(Brasil 0,5%)** (2002)

**Principais produtos:** máquinas e equipamentos, automóveis e autopeças, produtos alimentícios, têxteis, metais

**Saldo comercial:** superávit de 133 bilhões de euros (2002) **(Brasil: 1,5%)**

**Reservas:** 81 bilhões de euros (2003)

**Investimentos alemães no exterior:** 630 bilhões de euros **(2,5% no Brasil)** (2002)

**Investimentos estrangeiros na Alemanha:** 470 bilhões de euros (2003)

## DADOS POLÍTICOS

**Forma de Governo:** República Federal Parlamentarista

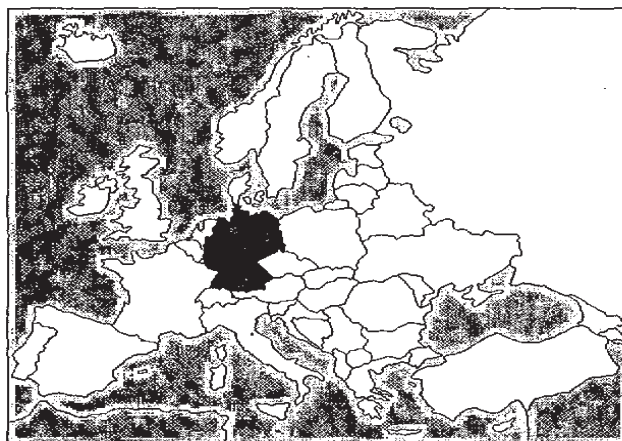
**Divisão administrativa:** 16 Estados Federais (Baden-Württemberg, Baviera, Berlim, Brandenburgo, Bremen, Hamburgo, Hessen, Mecklenburg-Pomerânia Ocidental, Baixa-Saxônia, Renânia do Norte-Vestfália, Renânia-Palatinado, Sarre, Saxônia, Saxônia-Anhalt, Schleswig-Holstein, Turíngia)

**Chefe de Estado:** Presidente Horst Köhler (democrata-cristão), desde 2004

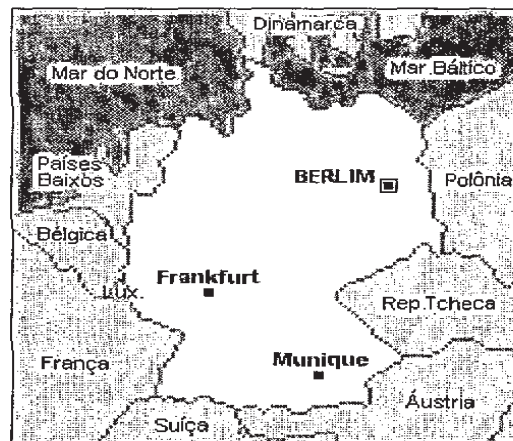
**Chefe de Governo:** Chanceler Federal Gerhard Schröder (social-democrata), desde 1998 (próximas eleições gerais em 2006)

**Ministro do Exterior:** Joseph "Joschka" Fischer (verde), desde 1998

**Principais partidos políticos:** SPD (Partido Social-Democrata da Alemanha, centro-esquerda); CDU (União Democrata-Cristã, centro-direita); CSU (União Social Cristã, nome da democracia-cristã na Baviera); *Bündnis 90/Die Grünen* (Aliança 90/Verdes, centro-esquerda e ecológico); FDP (Partido Liberal Democrático, centro); PDS (Partido do Socialismo Democrático, ex-comunista).



A posição da Alemanha na Europa



O Brasil mantém na Alemanha a Embaixada em Berlim e os Consulados-Gerais em Frankfurt e Munique

## Política interna da Alemanha

Em 22 de outubro de 2002, Gerhard Schröder foi oficialmente eleito pelo Parlamento e empossado em seu segundo mandato à frente do Governo alemão. Refletindo o resultado obtido nas urnas, o Parlamento deu 305 votos a favor de sua indicação e 292 contra. Somadas as cadeiras dos social-democratas (251) e dos verdes (55), ao iniciar o segundo mandato Schröder contava com um total de 306 votos (a oposição somava 297 cadeiras entre democrata-cristãos, liberais e ex-comunistas). Ainda que Schröder sempre dissesse que “maioria é maioria”, a margem de votos a favor do Governo vem decrescendo.

O segundo mandato de Schröder tem sido marcado, no plano interno, pelo ambicioso programa de reformas econômico-sociais conhecido como “Agenda 2010”, com o objetivo central de criar condições para que a Alemanha possa recuperar o crescimento econômico, após três anos de estagnação, e reduzir o elevado nível de desemprego atual. Por implicar revisão do “estado do bem-estar social” – e por conseguinte, corte ou redução de uma série de benefícios sociais –, a “Agenda 2010” tem se mostrado altamente impopular.

Os reflexos eleitorais do programa de reformas têm sido penosos para o Partido Social-Democrata (SPD) do Chanceler Schröder. As pesquisas de opinião vêm registrando queda acentuada de preferência pelo Partido. Em contrapartida, a oposição democrata-cristã (CDU/CSU) vem acumulando vitórias junto ao eleitorado em eleições locais.

Os maus resultados eleitorais do partido governista no segundo mandato de Schröder parecem ter refletido, entretanto, mais uma punição ao SPD por conta da “Agenda 2010” do que uma real preferência pela oposição, que, ademais das disputas pela escolha do candidato a Chanceler, tem apresentado uma série de divergências internas quanto ao rumo e intensidade da agenda reformista.

Alguns incidentes contribuíram para minar a imagem do bloco conservador composto pelos partidos democratas-cristãos, o CSU, liderado por Edmund Stoiber, na Baviera, e o CDU de Angela Merkel, favorecendo, em tese, a coalizão de Schröder. No plano externo, Angela Merkel patrocinou desastrosa iniciativa de abaixo-assinado contrário à adesão da Turquia à UE, somente para dela desistir, no espaço de uma semana, depois de receber saraivada de críticas da imprensa e de todo o espectro político, à exceção da extrema-direita. Seguiu-se a renúncia do especialista em finanças e orçamento e vice-presidente da bancada CDU/CSU no parlamento federal, Friedrich Merz, possivelmente o segundo nome da CDU. Embora Merz tenha evitado declinar de público as razões de seu gesto, a imprensa especulou sobre suas difíceis relações com Merkel, quem lhe teria, ademais, faltado com o apoio devido a seu ímpeto reformista mais radical. O terceiro episódio a causar embaraço à líder da CDU veio de sua infeliz idéia de convidar um dos atuais vice-presidentes do partido – e ex-Ministro do Interior do Governo Kohl – Wolfgang Schäuble, para substituir Merz. Schäuble, cujas ambições de tornar-se Presidente Federal alemão haviam sido torpedeadas ainda neste ano por Merkel, em benefício de Horst Köhler, terminou recusando a oferta.



No entanto, se os atropelos internos dos conservadores por um tempo pareciam beneficiar os sociais-democratas, os resultados das eleições estaduais na Renânia do Norte-Westfália, realizadas em 22.05 último, conferiram a vitória dos democratas-cristãos (CDU). Esse resultado obrigará a formação de um novo Governo estadual em coalizão com os liberais encerrando um período de 39 anos de Governo ininterrupto dos sociais-democratas (SPD). Em consequência desses resultados a cúpula do SPD, o partido social-democrata na situação, decidiu antecipar eleições para o outono próximo. Seguindo a praxe, o Chanceler Federal, Gerhard Schröder, deverá formalizar pedido de voto de confiança ao Parlamento, que deverá recusá-lo. Na etapa seguinte, o Chanceler solicitará dissolução do Parlamento ao Presidente que, por sua vez, terá 21 dias para reagir. Dissolvido o Parlamento, deverão ser convocadas novas eleições no prazo de 60 dias.

## **Política externa da Alemanha**

### **CONDICIONANTES**

A Alemanha ocupa posição de indiscutível relevo no atual cenário internacional. Trata-se da terceira economia do mundo - após os EUA e o Japão -; e da primeira na União Européia. Em 2003, em que pese à crise econômica derivada em grande parte dos custos da reunificação, A Alemanha foi a primeira nação exportadora do mundo. No âmbito europeu, o país exerce indiscutível liderança em termos econômicos, cuja evidência é o estabelecimento do Banco Central da UE em Frankfurt, e compõe, juntamente com França e Reino Unido, o núcleo do processo decisório político regional. No contexto global, a Alemanha tem importância inequívoca nos diversos foros internacionais. A dinâmica criada com a reunificação e seu retorno ao centro da Europa com o alargamento à leste do bloco, conduziu a diplomacia alemã ao engajamento em prol do multilateralismo, com especial atenção aos temas de paz e segurança.

A divisão da Alemanha após a II Guerra Mundial foi resultado inevitável do confronto Leste-Oeste. Por sua vez, a unificação em 1990 foi consequência natural do fim da Guerra Fria e da renúncia por parte da URSS de continuar mantendo um cinturão de segurança na Europa Oriental. Superada a ordem do pós-guerra e consolidada a unificação do país surgiu o debate sobre a nova inserção da Alemanha no cenário internacional.

As novas diretrizes da política externa continuam a repousar sobre os paradigmas do pós-guerra – aliança militar e estratégica com os Estados Unidos no âmbito da OTAN, busca de maior integração ao continente europeu sob o marco da UE. Na gestão de Gerhard Schröder, a RFA vem buscando a “normalizar” as relações externas, superando em definitivo os constrangimentos e tutelas derivadas dos acordos de Potsdam e da Guerra Fria.

As prioridades da política externa da RFA residem na construção de nova credibilidade internacional, baseada na adesão quase acrítica dos valores ocidentais. Nessa perspectiva pronunciam-se dois compromissos internacionais: o assumido com a OTAN, sob o ângulo da segurança; e aquele assumido com a integração européia, onde o relacionamento com a França veio a ser a pedra angular.

Do ponto de vista das ações globais, a RFA participou do financiamento de operações decididas pelas outras grandes potências e financiando numerosos projetos de cooperação bilateral —econômica, financeira, técnica, cultural— de seu próprio interesse.

A prioridade central da diplomacia alemã tem sido, portanto, a construção de uma nova ordem européia, nas suas duas vertentes: política e segurança. Ainda no contexto europeu, o relacionamento com a França tem sido objeto de cuidados especiais pela diplomacia alemã. Juntas, Alemanha e França compõem o “motor econômico” do continente e o principal indutor dos consensos regionais. Se é verdade que com a Europa dos 25 o “eixo franco-alemão” sozinho já não basta, é de se reconhecer, entretanto, que sem ele nada basta em Bruxelas. No tocante ao relacionamento com os Estados Unidos, a posição divergente da RFA nas tratativas no Conselho de Segurança que antecederam a intervenção militar no Iraque em março/abril de 2003 e a posterior formação de um bloco opositor juntamente com França e Rússia (“o eixo Berlim-Paris-Moscou”) representaram um desalinhamento inédito da RFA em relação a seu principal aliado. Apesar de o entendimento Berlim-Washington ter sido em parte recomposto, o dissídio diplomático por ocasião da intervenção anglo-americana contra Saddam Hussein não ficará sem efeitos na relação bilateral.

Outra tendência a ser sublinhada na política externa alemã atual, em contraposição ao período pré-reunificação, consiste no notável engajamento alemão nos foros multilaterais, sobretudo a ONU; nessa última, em particular, nas operações de manutenção de paz. No Governo Schröder uma reforma do CSNU que contemple a aspiração nacional por uma vaga permanente no CSNU ampliado tem sido guindada à condição de meta diplomática prioritária (vide texto sobre reforma do Conselho e o G-4).

No que se refere às relações com o Sul, avulta, de forma especial, o interesse pelo Brasil como parceiro preferencial da RFA na América Latina, tanto na área econômico-comercial, como na de concertação político-diplomática. A recente criação do G-4 é exemplo eloqüente disso. A intensificação das relações com a Rússia e países-chaves das regiões Ásia/Pacífico (Japão, China, Índia, Paquistão e Austrália), África (África do Sul, Nigéria e Egito) tem sido outro componente na estratégia de maior autonomia em política externa. De todos este, merece destaque a China, visitada quatro vezes pelo Chanceler Schröder.

Com relação à questão israelo-palestina, o atual Governo tem participado ativamente, no âmbito do Quarteto – EUA, Rússia, UE e ONU - para cumprimento do “Road Map”, cujas linhas básicas são oriundas de projeto alemão. O assunto é da particular predileção do Ministro Joschka Fischer, que se tem deslocado freqüentemente à região onde goza de igual idoneidade entre palestinos e israelenses. Ainda em temas ligados ao Oriente Médio, Berlim tem sido um dos principais advogados do equacionamento da questão nuclear iraniana no âmbito da AIEA. Em outubro de 2004, setor competente do “Auswärtiges Amt” pediu o apoio brasileiro à iniciativa tripartite teuto-franco-britânica junto ao Governo de Teerã no sentido de que apresente, em troca de um pacote de cooperação nuclear amplo, “garantias objetivas” da suspensão do programa nuclear para fins militares.

## **Economia da Alemanha**

### **CONJUNTURA ATUAL**

---

A Alemanha vem experimentando, em 2004, incipiente processo de recuperação do crescimento econômico, após três anos de virtual estagnação. Em 2004 o crescimento ficou em torno de 2,0%, ao passo que em 2005 não deverá ultrapassar 1,5%. Essas taxas de crescimento, muito inferiores às de países de renda "per capita" comparável, como os EUA, o Japão e o Reino Unido, têm-se situado também abaixo das verificadas na Zona do Euro. Ademais, o país tem apresentado nos últimos anos um dos mais elevados quadros de desemprego de sua história, ao redor de 10,0% da população economicamente ativa (o equivalente a cerca de 4,4 milhões de trabalhadores desempregados).

A insuficiente recuperação da economia vem-se calcando no setor exportador; logo, fica condicionada aos desdobramentos da economia mundial. São fatores da maior importância para o país o nível de demanda externa (sobretudo da UE, EUA e China), a paridade euro/dólar e a variação dos preços de petróleo. Se por um lado, o alargamento da União Européia ampliou mercados para as exportações alemãs; por outro, a desaceleração do crescimento dos EUA e da China tenderão a produzir efeito contrário. Variações nos preços do petróleo representam fator de risco adicional. De qualquer forma, a Alemanha, maior exportador mundial, conta em aumentar suas vendas externas, posto que a demanda interna, pouco tem contribuído para a reativação da economia. A respeito dessa última, apesar dos cortes efetuados nos impostos em janeiro de 2004, o consumo interno não tem mostrado reação apreciável.

### **PERSPECTIVAS DA ECONOMIA ALEMÃ**

---

Enfrentando, desde 2001, talvez sua mais grave crise econômica no pós-guerra, que pôs em xeque o êxito da "economia social de mercado", o país busca uma fórmula de manter-se no bloco das nações mais dinâmicas e competitivas sem sacrificar em demasia o bem-estar geral da população. No poder desde 1998, o Governo de coalizão entre social-democratas e verdes somente em 2003 consolidou a proposta de reformas econômicas. Trata-se da "Agenda 2010", ambicioso programa de reformas da legislação social, trabalhista, previdenciária e tributária, com objetivo de criar condições para que, até aquele ano de referência, a Alemanha recupere o dinamismo de sua economia, em especial no que se refere à capacidade de geração de novos empregos.



Em razão de constrangimentos políticos, as reformas da “Agenda 2010” vêm sendo implementadas muito gradualmente. Após os esforços empreendidos desde março de 2003 (quando foi lançado o pacote) que têm ensejado enorme custo político e eleitoral à coalizão no poder, o Governo Schröder parece ter dado uma pausa no ímpeto reformista, como se aguardasse a consolidação dos resultados nos planos econômico e político-eleitoral. Os partidos de oposição apóiam, em linhas gerais, o rumo das reformas, discordando mais quanto ao grau, que defendem seja aprofundado.

No âmbito da Zona do Euro, a Alemanha deverá continuar a pressionar por mudanças marginais nos regimes fiscal e monetário. Nessas duas áreas, em que perdeu autonomia, a RFA procura tornar mais flexíveis os critérios de déficit fiscal do Pacto de Estabilidade e eliminar o “viés deflacionário” do sistema de metas inflacionárias do BCE. O país dispõe, entretanto, de escassa margem de manobra para alterar a essência desses regimes.

Se dispusesse de uma economia mais dinâmica e flexível, a RFA estaria mais habilitada a responder a choques, dentro daqueles regimes, haja visto o papel que desempenha como centro de gravidade econômica e, cada vez mais, também geográfico, face à expansão da UE a partir de 2004. As reformas estruturais não foram planejadas, mas se impuseram rapidamente em razão da falta de ação política nos anos do “milagre” do pós-guerra e dos constrangimentos macroeconômicos e financeiros revelados com a desaceleração da economia, na Alemanha pós unificação. Se efetivamente implementadas, as reformas poderão reduzir significativamente a ênfase social do modelo de economia de mercado da Alemanha do pós-guerra. Mas a oposição liderada pela ala conservadora não acredita que a “Agenda 2010” seja suficiente para reativar a economia e advoga reformas mais drásticas.

## NEGOCIAÇÕES MERCOSUL-UE

A Alemanha tem clara percepção da importância comercial e estratégica das negociações entre o Mercosul e a UE para a criação de uma zona de livre comércio entre as duas regiões, tendo em vista sobretudo contrabalançar os esforços norte-americanos para a conformação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Nesse sentido, é sintomático o fato de ter sido o Governo alemão o principal articulador da aprovação, às vésperas da Cimeira do Rio de Janeiro, em 1999, do mandato à Comissão Européia que permitiu o início das negociações comerciais com o Mercosul. Berlim insiste em que a UE só negocie com blocos e não com países individualmente.

Ciente do “nó agrícola”, o Governo alemão costuma fazer coro com os negociadores comunitários ao fazer crer que os benefícios do futuro acordo não se dariam apenas em agricultura, mais em “muitas outras áreas”. A Alemanha parece ter presente, contudo, que as ofertas agrícolas apresentadas pela Comissão Européia ao Mercosul de fato seriam pouco ambiciosas. Pode-se imaginar, portanto, que este país procure efetivamente promover, junto aos demais Estados membros da UE, maiores esforços de abertura em favor do Mercosul, sempre visando a contrapartidas para sua produção industrial no mercado do Mercosul, especialmente no brasileiro.

Na área agrícola, as dificuldades alemãs residiriam sobretudo no açúcar e nas quotas de etanol. Quanto ao primeiro produto, o país claramente deseja vê-lo excluído da negociação. No que se refere ao etanol, a Alemanha defenderia a oferta de quotas modestas, pois tem planos de estimular a produção interna, a partir do cultivo de centeio e de beterraba, para a qual deseja salvaguardar espaço no mercado doméstico. Tendo em vista o fato de estar em vigor apenas na Alemanha lei que isenta de impostos os biocombustíveis, o Governo alemão teme que todo o volume eventualmente importado pela UE do Mercosul deságüe no mercado local, comprometendo, pelo menos num primeiro momento, a fatia que pretende ver reservada aos produtores domésticos.

## **Relações econômicas bilaterais**

### **COMÉRCIO**

---

Em 2004, as exportações brasileiras para a Alemanha chegaram a 4,0 bilhões de dólares contra 3,1 bilhões no ano anterior. Este ano, de janeiro a abril, as exportações já atingiram 1,4 bilhões ( contra 1,1 bi para esse mesmo período em 2004). Soja, minério de ferro e café em grão continuam a ser os principais produtos de nossa pauta. As importações procedentes da RFA também cresceram e totalizaram 5,0 bilhões em 2004. Prevalece na pauta alemã o domínio de produtos de alto valor agregado, como máquinas e autopeças. O déficit comercial bilateral persiste em nossas estatísticas. Entrementes, a China transformou-se no terceiro país de destino de nossas exportações, ameaçando a posição alemã de terceira maior origem das importações brasileiras.

O desempenho das exportações brasileiras para a Alemanha foi alavancado em 2003 por dois produtos do agronegócio: a soja e a carne de aves. No primeiro caso (grãos e resíduos sólidos da extração de óleo), o crescimento foi de 62,1%. As transações bilaterais com soja chegaram a quase 670 milhões de dólares, ou 21,3% do comércio bilateral. No segundo caso (carne congelada de frango e de peru), o aumento foi de 39%, resultando em vendas de pouco menos de 200 milhões de dólares (6,3% do total). Entre os outros produtos de nossa pauta exportadora destacam-se os minérios de ferro (388 milhões de dólares, crescimento de 10,8% em relação a 2002), o café em grão (245 milhões, redução de 7,8%) e dezenas de tipos diferentes de autopeças (uma das causas de a participação de produtos manufaturados na pauta aproximar-se dos 40%). Tanto básicos quanto manufaturados registraram aumento em 2003: 27,6% e 23,8%, respectivamente.

Em 2004, a soja manteve excelente desempenho. O café em grão também apresentou crescimento expressivo. A exportação de carne bovina aumentou consideravelmente. Por sua vez, a carne de frango declinou em resultado das resoluções comunitárias que elevaram em quase 60 pontos percentuais as tarifas aplicadas sobre cortes de frango salgado. A RFA chegou a adotar interpretação própria (e menos prejudicial a nosso interesse) das resoluções comunitárias mas foi forçada por Bruxelas a recuar. Quanto às importações, ainda segundo a SECEX/MDIC, mantém-se o predomínio de autopeças, máquinas, aparelhos e outros produtos de alto valor agregado. No entanto, a linha tarifária NCM de maior valor em 2003 (124 milhões de dólares, crescimento de 20,8%) foi a do cloreto de potássio, cujo grande comprador é justamente o setor brasileiro do agronegócio. O cloreto de potássio foi um dos poucos itens de peso na pauta importadora a registrar crescimento significativo junto com os compostos heterocíclicos.

---

## RELAÇÕES BILATERAIS

---

A visita do Chanceler Federal Gerhard Schröder ao Brasil, em fevereiro de 2002, marcou um ponto de inflexão nas relações de cooperação dos dois países que teve por desdobramento, entre outras, a Iniciativa Brasil-Alemanha em Infra-Estrutura e Energia. Os trabalhos tiveram início com o Encontro Econômico de Hamburgo (junho de 2002) e prosseguiram, em novembro daquele ano, com a conferência em Frankfurt (com a participação da Ministra Dilma Rousseff, à época na equipe de transição) para a apresentação a potenciais investidores alemães de cerca de 70 projetos, em especial nas áreas de energia e transportes. Mais de duzentos empresários compareceram ao evento.

Em outubro de 2003, no Encontro Econômico de Goiânia, os Governos e os setores privados do Brasil e Alemanha concordaram em prorrogar o mandato da iniciativa por mais três anos (portanto, até outubro de 2006). Do lado brasileiro, a coordenação do grupo passou a ser exercida por Carlos Gastaldoni (Secretário de Desenvolvimento da Produção do MDIC) e pelo empresário Ingo Plöger. Na seção alemã, Karl-Ernst Brauner (Subsecretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Economia e Trabalho) permanece como interlocutor principal no Governo, havendo a coordenação empresarial sido recentemente transferida ao Vice-Presidente da Siemens, Uriel Sharef.

---

## ENCONTRO ECONÔMICO BRASIL-ALEMANHA

---

Foro por excelência que alavanca a cooperação entre Brasil e Alemanha é a Comissão Mista de Cooperação Econômica, criada em 1974 e que, desde então, tem-se reunido, anualmente, sem interrupções. Inicialmente concebida como um canal para as reivindicações da indústria alemã junto ao Governo brasileiro, a Comissão —que, desde a década de 80, realiza-se em conjunto com encontro empresarial bilateral— consolidou-se como foro de diálogo e negociação econômica, contando com a expressiva participação de autoridades e empresários de ambos os países (nos últimos cinco anos, o comparecimento médio vinha sendo de 500 pessoas a cada edição e em Goiânia, em 2003, houve participação recorde de 1.100 pessoas).

A partir de 1998, a Comissão de Cooperação e o Encontro Empresarial foram integrados —com abertura e encerramento conjuntos— sob o nome de Encontro Econômico Brasil-Alemanha, organizado em parceria pelos Governos brasileiro (Itamaraty) e alemão (Ministério Federal da Economia), pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), pela Federação das Indústrias Alemãs (BDI), pelo Conselho Alemão das Câmaras de Comércio e Indústria (DIHK) e pelas Câmaras de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha (AHK).

No Encontro Econômico, representantes dos setores público e privado do Brasil e da Alemanha buscam identificar as áreas de interesse comum prioritário, avaliar as perspectivas de crescimento do relacionamento, apontar as dificuldades existentes e sugerir providências específicas. No primeiro dia do Encontro, os participantes procedem (em painéis, *workshops* e reuniões setoriais) a diagnósticos sobre as atuais tendências dos fluxos de investimentos, comércio e tecnologias entre Brasil e Alemanha —assim como entre Mercosul e União Européia— e elaboram sugestões e recomendações apresentadas na reunião plenária do segundo dia (a Comissão Mista propriamente dita). O Encontro possui, ademais, amplo escopo político, servindo como foro para a troca de informações e avaliações sobre temas da agenda internacional entre altas autoridades brasileiras e alemãs. Entre as inovações do Encontro Econômico, destacam-se a criação do Fórum Empresarial Mercosul-UE e as iniciativas bilaterais nos campos da Infra-Estrutura e Energia e do Agronegócio.

## CIÊNCIA E TECNOLOGIA

---

A Alemanha é um dos principais e mais tradicionais parceiros brasileiros da cooperação institucionalizada nos campos da ciência e tecnologia e da educação. A cooperação bilateral em ciência e tecnologia data de mais de trinta anos. O Brasil é um dos principais contrapartes alemães fora da UE e o país da América do Sul com o qual a Alemanha conduz o maior intercâmbio em pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e ensino superior.

O Brasil prioriza, no que se refere à cooperação tecnológica e científica com a Alemanha, iniciativas dirigidas aos setores de alta tecnologia, tais como biotecnologia, pesquisa de genoma, sistemas e tecnologia de informação e comunicação, tecnologias de produção limpa, pesquisa ambiental, nanosistemas e microsistemas bem como pesquisa espacial, além do estabelecimento de uma conexão de alta velocidade de transmissão de dados entre nossas respectivas redes nacionais de pesquisa.

A dinamização lograda na cooperação científica, tecnológica e educacional e as novas perspectivas que se abriram nas diversas áreas prioritárias foram expressamente destacadas no Plano de Ação adotado entre os dois Governos por ocasião da visita do Chanceler Gerhard Schröder ao Brasil, em fevereiro de 2002. A referida cooperação é um dos principais elementos do conceito de "parceria estratégica" consolidado naquele documento. As novas diretrizes da cooperação bilateral em Ciência e Tecnologia regem-se pelo Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Áreas Prioritárias, celebrado por ocasião da visita da Ministra Edelgard Bulmahn ao Brasil em outubro/novembro de 2000.

Ponto de especial relevância refere-se à revitalização da cooperação na área espacial. Como resultado dos recentes esforços do MCT e do Ministério da Educação e Pesquisa (BMBF), auxiliado pelas agências espaciais de ambos os países, foi possível assinar o "Acordo Interinstitucional de Cooperação para a Exploração e Uso do Espaço Exterior para Fins Pacíficos", firmado por ocasião da última visita do Chanceler Schröder ao Brasil. O tema foi incluído como prioritário no "Plano de Ação".



Outras áreas da cooperação bilateral com importantes desdobramentos recentes são a da pesquisa marinha, em que a cooperação bilateral, interrompida desde 1999, foi restabelecida em 2003, a partir do lançamento de processo de definição de novo programa bilateral de cooperação, e a da pesquisa em meio ambiente. Esta última, após a conclusão dos programas MADAM (*"Mangrove Dynamics and Management"*) e SHIFT (*Studies on Human Impact on Forests and Flood Plains in the Tropics"*), ingressou, recentemente, em uma nova fase, com a redefinição de bases científicas e conceituais.

Ressalte-se que em julho de 2004 foi realizada em Bonn a XXV Reunião da Comissão Mista Brasil Alemanha, principal foro de coordenação governamental bilateral em termos de ciência e tecnologia. A Comista contou com delegação brasileira de mais de 30 integrantes, oriundos de diversas instituições acadêmicas e científicas do País, além de representantes do governo federal. A reunião, além de dar prosseguimento aos trabalhos de cooperação em vários setores já tradicionais, estendeu os entendimentos a outros, ainda não contemplados pela Comissão. A reunião compreendeu discussões sobre cooperação nos seguintes setores: Programas SHIFT, Mata Atlântica, MADAM, Pesquisas Marinhas; Megacidades; Tecnologias de Informação; Pesquisa e Tecnologia Espacial; Aeronáutica; Biotecnologia e Pesquisa Genômica; Tecnologia de Alimentos; Pesquisa de Materiais/Nanotecnologia; Raio Laser X/Tecnologia de Supercondutores; Pesquisa em Saúde; Metrologia; Tecnologias Limpas; e Meteorologia.

## COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

A cooperação educacional destaca-se pelos exitosos resultados atingidos, especialmente no campo do ensino superior e da formação profissional. Essa área integrava inicialmente o programa de cooperação científica e tecnológica, institucionalizado há 37 anos, tendo recebido maior autonomia e densidade nos últimos sete anos.

O principal mecanismo da dinamização da cooperação nessa área é o Grupo Permanente de Cooperação Educacional (GTP), instituído em 1997, que deu novo enfoque à cooperação, ampliando as ações conjuntas entre universidades, instituições de pesquisa e empresas privadas a um só tempo. Em consequência, o andamento dos diversos programas foi acelerado, resultando em acentuado aumento do contingente de bolsistas brasileiros e alemães (hoje cerca de 2000) em doutoramento, pós-doutoramento, especialização avançada e pesquisa, tanto em termos de estudantes de nível superior quanto de professores, cientistas e pesquisadores.

A V Reunião do GTP sobre Cooperação Educacional realizada no final de junho deste ano manteve a dinâmica dos encontros anteriores, comprovando o frutífero relacionamento entre os dois governos e suas instituições de ensino, em especial entre a CAPES e o CNPq, do lado brasileiro, e o DAAD e o DFG, do lado alemão. Programas de intercâmbio bilateral de especial importância como o PROBRAL (Programa de Cooperação Educacional Brasil-Alemanha), o UNIBRAL (Parcerias Universitárias Brasil-Alemanha) e o programa de bolsas de longo prazo para doutorandos brasileiros na Alemanha foram enaltecidos e continuarão sendo promovidos por ambos os governos.

## **DIÁLOGO ENTRE SOCIEDADES**

---

Os dois Governos estimulam e apóiam o prosseguimento do chamado “Diálogo de Sociedades” entre a Alemanha e o Brasil, iniciativa concebida como forma de proporcionar um quadro mais organizado e articulado aos intensos fluxos de interação entre as sociedades civis alemã e brasileira. O primeiro encontro do “Diálogo” ocorreu na seqüência do Encontro Econômico Brasil-Alemanha de 2004 (junho), em Stuttgart. Em virtude do êxito dessa reunião, ambos os governos concordaram em realizar uma próxima reunião do Diálogo entre Sociedades, logo após o Encontro Econômico de 2005, que terá lugar em Fortaleza, em julho.

## **MEIO AMBIENTE**

---

A Alemanha é o maior parceiro do Brasil em cooperação na área do meio ambiente. Existe, assim, determinação mútua de incrementar a cooperação e aprofundar o diálogo já existente em temas ambientais e de desenvolvimento sustentável. Além disso, o Brasil e a Alemanha sempre enfatizam o significado da Cúpula de Desenvolvimento Sustentável “Rio+10” em Johannesburg, expressando intenção de trabalhar juntos para a coordenação de posições e formulação de iniciativas multilaterais comuns nesse contexto.

A nível bilateral, a Agenda Comum/Fórum Ambiental Brasil-Alemanha constitui instrumento dinâmico para a cooperação bilateral na área ambiental. A IV Reunião da Agenda Comum foi realizada em Brasília em 2003, tendo sido presidida pela Ministra Marina Silva e pelo Ministro Federal do Meio Ambiente, Jürgen Trittin. Os resultados do encontro foram sintetizados no “Comunicado Conjunto sobre Cooperação na área de Meio Ambiente”. Naquele documento, ambos os Governos decidiram fortalecer o diálogo no âmbito da “Agenda Comum Brasil-Alemanha sobre Meio Ambiente”, reconhecendo, nesse exercício, a importância do princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas dos Estados. No que diz respeito à cooperação bilateral, ambos os Governos decidiram priorizar a implementação da segunda fase do PP-G7 (2003-2010), com ênfase nas questões afetas ao ordenamento territorial, conservação da Mata Atlântica, contribuição para a implementação do Programa Amazônia Sustentável e do Programa Nacional de Florestas e o fortalecimento da cooperação técnica em energias renováveis, segurança química, meio ambiente urbano e industrial, gerenciamento de recursos hídricos e gerenciamento de resíduos. A cooperação em energias renováveis deverá ser aprofundada com vistas a um acordo bilateral entre Brasil e Alemanha em nessa esfera.

Os dois países compartilham um interesse comum na vigência do Protocolo de Kyoto e ambos receberam com satisfação a decisão da Federação Russa em ratificar aquele instrumento.

## Cooperação nuclear

### ACORDO NUCLEAR BRASIL-ALEMANHA

---

Assinado em 27 de junho de 1975 e em vigor desde 18 de novembro daquele ano, o Acordo Brasil-Alemanha sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear prevê a colaboração entre instituições de pesquisa científica e tecnológica e entre empresas dos dois países em quatro vertentes: a) a prospecção, extração e processamento de minérios de urânio, bem como a produção de compostos daquele elemento; b) a produção de reatores nucleares e de outras instalações conexas, bem como de seus componentes; c) o enriquecimento do urânio; d) a produção e o posterior reprocessamento de elementos combustíveis. Em seus consideranda, o texto observa que o intercâmbio bilateral já existente cria “condições propícias para uma cooperação industrial nesse setor”, a qual deverá ser de “proveito econômico e científico para as duas Partes Contratantes”. Os dois Governos declaram-se partidários do princípio de não-proliferação de armas nucleares e concordam que o intercâmbio de todos os materiais, equipamentos e instalações nucleares e a transferência das respectivas informações tecnológicas sejam objeto de acordo sobre salvaguardas com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), assegurando a não-utilização dos mesmos para fins bélicos. Respeitando-se esta condição, o Acordo autoriza a reexportação para terceiros mercados dos produtos resultantes da cooperação nuclear entre as Partes. O Acordo teve vigência inicial de 15 anos e, nos termos de seu artigo 11, parágrafo 2º, foi renovado tacitamente em 1990, 1995 e 2000. Caso nenhuma das Partes o denuncie até o dia 18 de novembro do corrente ano, nova renovação automática de cinco anos ocorreria a partir de 2005. No parágrafo 3º do citado artigo, prevê-se que as “medidas de salvaguardas e de proteção física, necessárias em decorrência do presente Acordo, não serão afetadas pela expiração do mesmo”.

Sem pretender menosprezar o contexto político daquele momento histórico, o fato é que a Alemanha, ao assinar o Acordo de 1975, atendeu basicamente a interesses de natureza comercial. A indústria alemã abria importante mercado para sua crescente produção de equipamentos nucleares e, com isso, credenciava-se a disputar a hegemonia da indústria norte-americana no setor --tudo isso em plena crise internacional do petróleo. Em menor escala, havia ainda o interesse alemão em identificar fontes alternativas de minério de urânio para as necessidades de seus reatores. Do ponto de vista brasileiro, segundo aponta a Exposição de Motivos elaborada à época (DPB/DE-I/DAI/ARC 220/1975), “o principal motivo da escolha da República Federal da Alemanha como maior parceira do Brasil no campo nuclear foi a disposição desse país em participar de todas as fases da instalação de uma indústria nuclear integrada no Brasil, com transferência da respectiva tecnologia e concessão do financiamento necessário”.

Em seus quase vinte e cinco anos de história, o Acordo resultou principalmente em maciça exportação financiada de equipamentos e técnicas alemãs para o Brasil (parte em uso na Usina Angra II, parte em armazenamento para a eventual construção de Angra III e outra parte na fábrica da INB em Resende) e de pequena exportação de minério de urânio brasileiro. O negócio rendeu alguns bilhões de dólares --e continua a render alguns outros milhões-- a um numeroso grupo de empresas alemãs, hoje capitaneadas pela Siemens. Houve também a transferência de alguma tecnologia, o que, de certo modo, terá contribuído para que o Brasil chegasse sozinho a dominar o ciclo completo do combustível nuclear. No entanto, a contribuição mais relevante da cooperação bilateral talvez tenha sido a formação na Alemanha de centenas de técnicos brasileiros, como bem comprovam os currículos dos quadros da Comissão Nacional de Energia Nuclear e suas entidades subordinadas.

Fortes pressões das facções ambientalistas tanto do Partido Social-Democrata da Alemanha quanto do Partido Verde, sócios na coalizão de sustentação do Chanceler Federal Gerhard Schröder, o Governo alemão resolveu utilizar o prazo que se encerrou em 18 de novembro de 2004 para “transformar” (ou qualquer outro eufemismo que se possa utilizar para o verbo denunciar) o Acordo de 1975. Com efeito, a cooperação internacional no campo nuclear mostra-se anacrônica para a Alemanha, país que resolveu, de moto próprio, fechar todos os seus reatores ao longo das próximas duas décadas. A preocupação alemã seria agora a de identificar, de comum acordo, uma saída politicamente aceitável para a parte brasileira exemplificada mais recentemente pela candidatura conjunta à categoria de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

### **Relações culturais bilaterais** **PROJETO “COPA DA CULTURA 2006”**

A concepção do projeto “Copa da Cultura 2006” foi apresentada pelo Ministro da Cultura, Gilberto Gil, durante sua visita de trabalho a Berlim, de 31 de agosto a 2 de setembro de 2004. A meta é a presença cultural do Brasil na Alemanha durante todo o ano do próximo Campeonato Mundial de Futebol, a realizar-se na Alemanha em 2006. O projeto inclui ampla gama de atividades culturais, abrangendo música, cinema, dança, artes plásticas, fotografia e literatura, relacionadas ou não ao futebol.

O Grupo de Trabalho Intergovernamental (GT) para a execução do projeto “Copa da Cultura 2006”, integrado por representantes da Presidência da República, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Turismo e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), e coordenada pelo Ministério da Cultura, estará encarregado de identificar e conceber as iniciativas mais adequadas, dos pontos de vista financeiro e de interesse cultural do Brasil, para a composição da “Copa da Cultura”. Ao GT caberá, igualmente, a função de interlocutor junto à Embaixada do Brasil em Berlim e ao Governo e instituições culturais alemãs, em especial a Casa das Culturas do Mundo (CCM). O projeto da CCM sobre cultura contemporânea brasileira em 2006 constituirá um dos principais pilares da “Copa da Cultura 2006”. Ambos parecem, assim, complementares, uma vez que o Governo brasileiro pretende incluir no âmbito da “Copa da Cultura” uma variedade mais extensa de iniciativas, instituições e cidades, por se tratar de um projeto “guarda-chuva”.

Feito em Brasília em 27 de maio de 2005.

RSS /



Aviso nº 538 – C. Civil.

Em 6 de junho de 2005

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores,

para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha.

Atenciosamente, – **Swedenberger Barbosa**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Interino.

*(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)*

Publicado no **Diário do Senado Federal** de 09 - 06 - 2005